

Capítulo 5

5.1. Restos da nação I

O estado burocrático-autoritário, segundo a denominação que Guillermo O'Donnell utiliza para dar conta da especificidade das ditaduras no Cone Sul, surge em momentos de grandes antagonismos sociais e políticos e se apresenta como a possibilidade de restaurar uma utopia de integração nacional. Ele se legitima enunciando a necessidade de sanar o corpo doente da nação, reduzida a um “nós” que exclui política e economicamente os setores populares. Assim, evoca-se um projeto de nação que só será alcançado mediante um processo de extirpação dos males encarnados por esses setores e por aqueles que os apóiam, o que levaria ao restabelecimento da ordem e à normalização da economia, com a conseqüente restauração da confiança do capital financeiro internacional. Tal extirpação, no entanto, por suprimir a cidadania e proibir a invocação de um povo, acaba enfraquecendo a legitimação desses estados e gerando uma situação de permanente instabilidade que se tenta manter sob controle através do medo.

No início dos anos 80, o regime militar argentino passa por uma crise de legitimação diante do fracasso de seu plano de liberalização da economia e das denúncias sobre a violação dos direitos humanos. Nesse cenário, a nação é convocada a se unir contra um inimigo estrangeiro. No dia 2 de abril de 1982, após o primeiro operativo do exército argentino nas ilhas Malvinas com o objetivo de recuperar o arquipélago da Grã Bretanha, o então presidente, General Galtieri, pronuncia um discurso para um agrupamento de pessoas na Plaza de Mayo: “Recuperamos, salvaguardando a honra nacional, sem rancores, mas com a firmeza que as circunstâncias exigem, as Ilhas Austrais, que integram por legítimo direito o patrimônio nacional. Estou certo de que cada um de vocês, homens, mulheres, a grande juventude argentina e as crianças estão sentindo, como eu sinto, alegria e

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2005.

Una nación para el desierto argentino me fez descobrir que a história argentina é para mim um mapa de ruas de Buenos Aires. Também deu outra dimensão ao que estou escrevendo sobre Fogwill. Halperin se refere por exemplo a “una fe implícita en que está abierto a la Argentina el camino que la colocará en un nivel no sólo de civilización sino también de poderío económico y político comparable al alcanzado por las potencias europeas”. Isso na metade do século XIX. No final desse século, ele escreve, “empieza a discernirse una de las preguntas centrales de la etapa que va a abrirse: si es de veras posible la república verdadera, la que debe ser capaz de ofrecer a la vez libertad e igualdad”.

tremenda emoção por esse ato”, ele declara. Alguns dias depois, lia-se na capa da revista *Gente*: “Estamos ganhando”. No dia 10 de abril, discursando de novo na varanda da Casa Rosada, o presidente provocava: “Se querem vir, que venham! Daremos a eles batalha!”

Os velhos tambores de guerra serviam mais uma vez o propósito de unir a nação. Neste caso, uma nação ferida pela própria ditadura que, lançando mão de um discurso nacionalista e antiimperialista, procura uma saída para a crise que a assola. Só que a Grã Bretanha de Margaret Thatcher, também precisando mudar o foco de uma crise interna para um conflito externo, não estava disposta a conceder aos generais argentinos a vitória que eles julgavam necessária para permanecer no poder, a vitória que faria a população esquecer, por exemplo, que poucos dias antes do início da guerra uma grande mobilização convocada pela CGT havia sido duramente reprimida pelo regime. Diante das crescentes tensões sociais, econômicas e políticas, o General Galtieri joga todas suas fichas num nacionalismo incentivado desde as primeiras leituras dos livros escolares para salvar um regime à beira do colapso.

O resultado da guerra, que chegou ao fim alguns meses depois de ter começado, foi muito diferente do que o esperado e prometido pelo regime: a nação se viu confrontada a seu verdadeiro lugar – um lugar periférico – no conflito entre leste e oeste que dominava o mundo no início da década de 80; os militares tiveram que iniciar uma retirada diante de uma crise que já não tinham meios para resolver; a população precisou lidar com mais um trauma da ditadura. Assim se inicia a transição democrática na Argentina, com a urgente necessidade de se repensar a questão nacional fora dos moldes autoritários. “A desagregação do regime militar que sobreveio depois da queda de Porto Argentino”, diz Carlos Altamirano num texto de agosto de 1982, “abriu a possibilidade da democratização do Estado e da vida pública, das instituições políticas e sindicais, dos organismos da cultura. Trata-se apenas de uma possibilidade” (1982: 5). Se a guerra e o fim da ditadura trazem a possibilidade de repensar a nação em novos moldes, o alerta de Altamirano não deixa de ser pertinente:

Los Angeles, 07 de junho de 2004.

Aconteceu mais uma vez de ver no texto alheio um fio de Ariadne. Não sei exatamente qual frase. Talvez esta: “aquí en el sur – quizás ahora en el resto del mundo también –, estamos atravesados por esta paradoja – día a día, vivimos en condiciones sociales precarias, en constante transformación e inestabilidad. Viajando por la ciudad percibimos la soledad, el vacío, el deterioro, la belleza, la perfección, enigmáticas ruinas emergentes de una arqueología social” (Fabiana Barreda). Uma palavra que não aparece, mas poderia: derrumbe. A decadência, a queda, mas também o movimento, as pedras rolando. Me veio de novo a imagem dos pássaros, as migrações e seus motivos invisíveis, o constante movimento da escassez à fartura. A relação entre uma geografia, o sul, e uma história feita de sucessivas perdas.

trata-se apenas de uma possibilidade. Dela ao surgimento de uma relação de poder diferente entre sociedade e Estado, há um abismo de incerteza.

Los pichiciegos: visiones de una batalla subterránea, primeiro romance de Fogwill e um dos poucos romances sobre a guerra das Malvinas, se lança nesse abismo da nação. Nele não encontramos a nação unida evocada nos discursos dos generais e aclamada pela maioria da população, inclusive por intelectuais de esquerda que nesse momento aderem irreflexivamente ao discurso antiimperialista¹⁷, mas uma nação fissurada, descentrada por suas próprias contradições. O romance é narrado do ponto de vista de um soldado desertor que, junto com um grupo de cerca de vinte outros soldados, vive num buraco subterrâneo, a “pichicera”, à espera do fim do conflito. A verdade que o romance de Fogwill produz sobre a aventura bélica da ditadura tem a ver com a criação de um espaço suspenso no tempo, uma terra de ninguém muito distante da épica da nação em guerra, espaço em que se manifesta justamente o que essa épica esconde: um projeto de integração fundado na violência que se aproveita da guerra para tentar unir a nação em torno de um nós inexistente.

A pichicera são os restos da nação, os cacos que o regime procura juntar recorrendo à guerra, os restos da nação depois da empresa militar sanguinária que culmina com uma farsa sustentada às custas de muitas vidas, cujo papel era encobrir o destino de um

¹⁷ Marildo Nercolini, em sua tese sobre a construção cultural no rock nacional argentino e na MPB, reuniu um interessante material sobre a exacerbação do nacionalismo nesse período. Ele cita, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup e publicada no jornal *Clarín* de 1º de maio de 1982, segundo a qual 90% dos entrevistados estavam de acordo com o governo na defesa pela força das Ilhas Malvinas, 76% acreditavam na vitória Argentina, somente 3% discordavam da forma como reagia o governo militar argentino e as ações por ele tomadas e 7% afirmavam desconhecer as ações (Apud NERCOLINI, pp. 116-117). Ele menciona também um comunicado da Associação dos Jornalistas de Buenos Aires, publicado no jornal *La Nación* de 1º de maio de 1982, convocando os jornalistas para uma “demonstração de solidariedade com aqueles que, neste momento, estão enfrentando a criminoso agressão de uma potência colonialista extracontinental e, paralelamente, para manter informada toda a população” (117). Um outro exemplo são as declarações do escritor Ernesto Sábato, numa entrevista concedida à Radio Nacional de España, em Madrid, e transcrita no *La Nación* de 27 de maio de 1982: “Na Argentina não é somente a ditadura militar que luta. É o povo inteiro, suas mulheres, suas crianças, seus idosos. Todos, superando qualquer cor política. Opositores da ditadura militar, como eu, estamos lutando pela igualdade, estamos lutando por extirpar o último resto do colonialismo” (117-118).

processo perverso de reorganização nacional¹⁸ levado a cabo através do extermínio. Mas a pichicera são também os restos da nação depois da empresa revolucionária que o golpe militar veio liquidar, os restos da utopia de transformar a nação numa terra de iguais que alimentou a militância política dos anos que antecederam a ditadura. Não há lugar na pichicera nem para o mito patriótico, nem para o mito revolucionário; não há concessão nem ao discurso belicoso nem ao discurso utópico. Como observa Julio Shcvartzman, ao mesmo tempo que se trata de “ensaaiar uma escrita de resistência belicosa a toda assimilação do discurso bélico”, o texto “não opõe, ao menos explicitamente, aos valores invocados, outros valores” (SHCVARTZMAN, 2005: 1). A realidade dos pichiciegos começa e termina na pichicera: não há um antes nem um depois dela, não há algo maior, um Estado, uma revolução, que lhe dê sentido, não há redenção à vista. Seu único sentido é a sobrevivência. É em função dela que são estabelecidas as hierarquias e planejadas as ações.

Non dá para saber nada direito. Saber, lá embaixo, só se sabia o que cada um devia fazer. E isso era por causa das ordens, porque havia os Reis dando ordens e quase todos as cumpriam, e porque havia os segundos como García, Rubione e Pipo, que avisavam os Reis se as ordens não eram cumpridas (FOGWILL, 1994: 98).

Os Reis Magos mandam porque foram eles que tornaram possível essa forma de sobrevivência ao construírem um buraco subterrâneo para se esconder até o fim da guerra, buraco que seria batizado de “pichicera” em referência a um animal, o pichiciego, uma espécie de tatu, mencionado por um dos soldados numa manhã de bombardeio em que todos estavam reunidos do lado de fora com medo de ficarem presos lá embaixo caso houvesse um desmoronamento. Todos famintos do lado de fora e sem coragem de descer para buscar comida dentro do buraco. “Como eu gostaria de comer um pichiciego!”, ouviu-se um dos soldados exclamar. “O pichi é um bicho que vive debaixo da terra. Cava buracos. Tem uma casca dura – uma carcaça – e não

¹⁸ Para nomear a repressão e a censura instaurada por ela, a ditadura militar argentina usou o eufemismo “Processo de Reorganização Nacional”.

enxerga. Anda de noite. Quando a gente pega e vira o bicho, ele não sabe mais se desvirar, sacudindo as pernas de barriga para cima” (28), ele explica em seguida. A partir de então, esse fica sendo o nome dos habitantes desse buraco apertado e fétido, em que todos depositavam a esperança de sobrevivência.

Isso é quase tudo que sabemos sobre a genealogia dos pichis. Sabemos também que a maioria deles vem da província e não de Buenos Aires: “fazendo as contas, era estranho, porque sendo que no país a maioria das pessoas é portenha, ali a maioria era das províncias. Entre os pichis, quase todos eram da província, e também entre os soldados, todos provincianos” (122). Esse dado nos remete a outras fissuras da nação – como também acontece nos contos de *Muchacha punk* –, fissuras anteriores à ditadura, fissuras fundacionais que, de certo modo, a pichicera vai anular. Nesse saco de gatos, vemos representadas as diferenças que constituem a nação – os sotaques, as gírias, os costumes, os valores, as classes. Só que todos os gatos são pardos na escuridão desse buraco e dá no mesmo ser portenho ou santiaguenho, dá no mesmo se o turco é turco ou se o uruguaio é uruguaio, todos estão ali sujeitos às mesmas condições e enfrentam igualmente o medo da morte. A pichicera cria um espaço alternativo à nação, um espaço de sobrevivência quando ela só consegue unir através da guerra, seja de uma guerra contra um inimigo estrangeiro, como a das Malvinas, ou de uma “guerra suja”, como a que levaram a cabo os militares nos anos que estiveram no poder.

Los pichiciegos não está interessado exatamente em dar conta do contexto da invasão das Malvinas, com seus motivos, estratégias, negociações, falhas etc.. No lugar de um olhar panorâmico sobre a empreitada dos generais da ditadura, ele oferece um olhar microscópico sobre a sobrevivência cotidiana de soldados vindos de diferentes cantos do país para lutar numa guerra que, assim como as próprias ilhas Malvinas, lhes é totalmente alheia, sinalizando, desse modo, os efeitos de uma ditadura que destituiu esses sujeitos de cidadania ao aliená-los de toda participação nas decisões da nação, nação que agora é invocada como valor supremo para conduzi-los à

Austin, 24 de outubro de 2004.

Lendo *Los pichiciegos* me veio a idéia de que um dos eixos da tese deve ser os espaços alternativos que algumas literaturas são capazes de criar.

guerra e muitas vezes à morte. Uma das cenas que representa essa alienação é um diálogo em torno das atrocidades levadas a cabo pelo regime militar:

- Não sei – duvidava Viterbo –, mataram muitos, agora que tenham fuzilado... não sei.
- Fuzilados – disse o menino da paróquia – Fuzilados!
- Eu ouvi dizer que eram jogados no rio dos aviões.
- Impossível – disse o Turco, sem convicção.
- Não acredito, são babozeiras dos jornais – disse o menino Dório, com convicção.
- Eu também ouvi dizer que eram arremessados no mar dos aviões, de doze mil metros, você bate na água e vira um caldinho espesso que não bóia e vai embora para o fundo com a corrente – indicou o Engenheiro.
- Não pode ser, como é que eles vão fazer voar um avião só para te jogar de lá?
- Dizem que eram aviões da Marinha, eram jogados dali. (53)

5.2. Os sobreviventes II

O que caracteriza os pichiciegos é o abandono, o individualismo e o medo. Abandonados a sua própria sorte, cada um desses rapazes, que em sua maioria têm entre dezoito e dezenove anos, procura salvar sua pele como pode. Como afirma Néstor Perlongher – quem na época da guerra escreveu alguns textos denunciando o “delírio xenofóbico” que tomara conta dos argentinos, até mesmo de alguns exilados, que se alistavam como voluntários “para não perder a identidade nacional” (1997: 186) –, “o discurso militar e o discurso militante tendem a ter em comum a figura do herói” (188). Já na pichicera, não há lugar para heroísmo. Os pichis têm medo: “ali embaixo, sabendo o que é o medo, com todo o tempo para pensar o que é o medo e para que serve o medo e aonde leva o medo” (110). Alguns, como o Turco, conseguem transformar esse medo em ação, em “instinto de amontoar coisas e de trocar e de mandar” (109). Outros ficam paralisados. “Se tornavam tão inúteis que ninguém lembrava deles. Podiam passar três dias inteiros dormindo, comendo as sobras dos vizinhos de chaminé e sem sair para mijar, para não serem vistos pelos que mandam” (110).

“Há medos e medos”, o texto adverte. “Uma coisa é o medo de alguma coisa – de uma patrulha que pode atravessar o seu caminho, de uma bala perdida –, e outra diferente é o medo de sempre, que está aí, atrás de tudo” (99). Para esses rapazes que viveram sua adolescência sob ditadura, o medo faz parte de suas vidas. Esse medo difuso, que “nunca passa”, que “fica”, é uma herança da qual será difícil se livrar. Num certo sentido, a batalha travada pelos pichis é contra as heranças da ditadura, já que eles lutam contra o destino que ela reservou para eles, lutam contra a própria guerra. No lugar do mito patriótico alimentado pelos militares, o mito do soldado que morre pela pátria, eles erguem o mito pichi, o mito dos que sobrevivem por seus próprios meios. “Diziam que havia cerca de mil pichis escondidos na terra, enterrados! Que tinham de tudo: comida, tudo. Muitos diziam que queriam se tornar pichis cada vez que viam chegar os Harrier soltando fogos” (30). O mito pichi aponta para uma outra realidade, para uma fuga das misérias da guerra, como também aponta para outra realidade o mito das freiras aparecidas no meio da neve, mito que faz aparecer o que uma outra guerra, a “guerra suja”, fizera desaparecer. São freiras “que falavam quase como argentinas, com sotaque francês” (79), vemos, em referência às freiras Leonie Duquet e Alice Domon, seqüestradas e assassinadas em dezembro de 1977 pelo regime militar. Os dois mitos circulam pela ilha como uma forma de escapar aos outros dois assuntos possíveis: os britânicos e as mazelas da guerra.

O narrador é o único sobrevivente dos pichiciegos. O fim deles acaba confirmando o mito de que eram “mortos que viviam debaixo da terra”. A narrativa que temos entre as mãos é a única coisa que sobrou da pichicera, já que por um defeito na chaminé que levava os gases da estufa para fora do buraco subterrâneo, seus habitantes morreram envenenados, com exceção de quem narra a história, que saíra para fazer xixi e fumar um cigarro bem na hora do vazamento. O pichi sobrevivente conta a aventura dos soldados desertores a um escritor que grava seus depoimentos e fica responsável por colocar a história no papel, tirando os pichis do terreno do mito para fazer deles um meio

de tornar visível “o que a guerra faz com os corpos” (SARLO, 1994: 12). Desse modo, chega até nós um texto narrado na perspectiva desse pichi que viveu em carne e osso a aventura, embora apenas raramente ela se faça evidente. A narrativa dissolve a voz dele numa voz coletiva, que reproduz as sensações e pensamentos de todos os pichis: “Quem ia querer atravessar o campo para levar feridos? A explosão repercute lá dentro, nos pulmões, no ventre; mesmo depois de muito tempo, ainda dá para sentir uma dor nos músculos que se torceram lá dentro pelo barulho, pela explosão” (21).

O pichi sobrevivente era quem tomava nota para guardar a memória do grupo. “Datas, histórias, caras e vozes e nomes dos que se foram: tudo se esquece” (98), diz o texto. Suas anotações salvaram a pichicera de ser apenas “uma nova pedra enfiada dentro da pedra velha do morro” (162). Esse personagem reaparecerá como um dos protagonistas de *Vivir afuera*, romance de 1998. Ele será o Pichi, um traficante de drogas, morador da periferia de Buenos Aires. Embora nesse romance posterior não se explique a origem de seu apelido, há algumas menções a sua passagem pela guerra, como quando ele se lembra de que ali ouviu um rapaz da província de Formosa pronunciar a palavra “*cuchillo*” de um jeito diferente e que resolveu imitá-lo. As palavras serão uma obsessão do Pichi: ter sua própria língua, ser aquele que cria as gírias, ou finge criar, em vez de imitá-las, ser respeitado por isso – uma estratégia de sobrevivência que aprendeu na guerra, onde até mesmo a língua precisou ser reinventada, adaptando-se às novas condições. Assim, os pichiciegos têm seu próprio vocabulário de sobrevivência.

Chamavam os mortos de gelados. No início, as patrulhas os levavam até a enfermaria do hospital do vilarejo; depois se acostumaram a deixá-los. Iam pelas linhas, desarmados, levando uma bandeira branca com uma cruz vermelha, carregando frios. Frios eram os que tinham se ferido ou fraturado um osso e quase sempre ficavam com uma mão ou um pé congelados (21).

Unida pelos laços da sobrevivência, a comunidade dos pichis, comunidade transitória, norteadada pelo tempo e pelas condições da guerra, precisa de leis que lhe permitam se sobrepor à realidade que

determinou seu surgimento. Assim, os pichis estabelecem uma série de regras que devem ser respeitadas para garantir a sobrevivência do grupo. “Só uma coisa é pior do que a merda da gente ou dos outros, é a dor”, lemos. “A dor dos outros. Isso não tem pichi que agüente. Não teriam feridos, isso tinha ficado decidido em tempos do Sargento. Sem médico, sem alguém que saiba medicina ali embaixo, era inútil guardar os feridos. Os pichis sabiam disso: ferido é morto. Escaldados, um pouco queimados, com dor de dentes, tudo bem. Feridos não. Estar ferido é como estar morto” (92).

Em função desse tipo de deliberação, é possível afirmar que a pichicera é uma “colônia de sobreviventes da qual se ausentaram todos os valores, exceto aqueles que podem ser traduzidos em ações que permitam conservar a vida” (SARLO, 1994: 12). Ainda assim, em alguns momentos, vêm à tona outros valores que, como assinala Julio Shcvartzman, vão além da premência de sobreviver. “A literatura da picaresca de guerra parece ser alheia aos valores dos bandos. A todo valor? Nos interstícios da história se infiltram outros valores superpostos” (2005: 6). Shcvartzman menciona uma cena narrada logo depois do trecho sobre a necessidade de abandonar os feridos, citado acima. À frase “Estar ferido é como estar morto”, segue-se um parágrafo que começa “Mas foi o Turco quem trouxe o Diéguez, o ferido” (93). Contrariando as regras dos pichis, e o pedido do próprio Diéguez, o Turco leva para a pichicera esse rapaz ferido depois de salvar sua vida.

Além dos laços pautados pela sobrevivência, ou superpostos a eles, como sugere Shcvartzman, a pichicera estabelece laços de solidariedade não previstos pela lógica da guerra. Afinal, para os pichis não importa de que lado você está, se você é argentino ou inglês; a partir do momento em que você é aceito pelo grupo e aceita suas regras, você é um pichi, você compartilha com os outros uma experiência e pode contar com eles. São laços efêmeros, é verdade, mas capazes de aliviar temporariamente o peso da morte. Quando não têm nada para fazer, os pichis contam piadas e anedotas. Um deles, Manuel, conta filmes: “cada dia um ou dois filmes novos; ninguém os

Los Angeles, 12 de janeiro de 2004.

Deleuze: as grandes rupturas, as grandes oposições, são sempre negociáveis; mas não a pequena rachadura, as rupturas imperceptíveis que vêm do sul.

conhecia” (97). A cena nos remete evidentemente aos filmes contados por Molina a seu companheiro de cela, Valentín, em *O beijo da mulher aranha*. Também no livro de Manuel Puig, trata-se de estabelecer laços de solidariedade alternativos, só que nesse caso entre um preso político e um homossexual acusado de corromper menores. Os filmes contados por Molina são a via de escape da opressão da prisão. Ao ritmo das fantasias hollywoodianas, o texto faz surgir uma amizade totalmente improvável, como também é improvável a amizade entre o pichi sobrevivente e o escritor que transcreverá sua história.

A literatura, aproximando-se da oralidade, vai tornar possíveis esses laços. Daí o predomínio do diálogo, tanto no texto de Puig como no de Fogwill. Através da oralidade, no contato com uma zona absolutamente instável da língua, como um tradutor ou como um viajante que se choca com uma língua estrangeira, Fogwill pretende tornar visível a realidade desses garotos que lutaram na guerra. “– Você leu no jornal de hoje sobre os quatro moleques da guerra que estavam roubando carros...?”, o pichi pergunta. “– Li – menti –, tinha ouvido falar no Ministério. – Eles dançaram rápido demais, né? Não devem nem ter tido tempo de juntar uns trocados! – lamentava” (149). Também em *O beijo da mulher aranha*, a oralidade dá a esses dois seres de universos muito diferentes um terreno comum. “– Vamos, não chora... deixa disso... Quantas vezes vi você chorar? ... Tudo bem, eu também andei fraquejando... Mas chega, pô. Fico... nervoso com você chorando”, Valentín diz. “– É que é demais pra mim... Eu dou tanto... azar. [...] – Escuta só, de repente eu posso te ajudar. Conversando as coisas se ajeitam” (2005: 188).

Em *O beijo da mulher aranha*, Molina, com suas fantasias cinematográficas, desconstrói o mito heróico do militante. As tramas de dor e desejo imaginadas por ele deglutem a épica, colocando em evidência seu ponto cego. Numa cena do romance, quando Molina acaba a narração de um de seus filmes, Valentín se entristece lembrando de sua namorada. “Daria... qualquer coisa por poder abraçá-la, nem que fosse só por um instante” (2005: 42), ele confessa. A épica revolucionária vai pouco a pouco sendo infiltrada pelos afetos.

“– Valentín, você e minha mãe são as pessoas que eu mais amei no mundo. – ... – E você vai se lembrar bem de mim? – Aprendi muito com você, Molinita... [...] – E o que você aprendeu de mim? – É muito difícil explicar. Mas você me fez pensar muito, pode ter certeza” (226). Como em *Los pichiciegos*, esses personagens são sobreviventes que vão reaprender a estar no mundo sem ter uma utopia diante de si. “Era como no cinema”, compara o pichi, “quando a gente sabe que a sessão está acabando porque lá atrás os lanterninhas começam a puxar as cortinas, mas a gente não sabe como o filme termina, quem morre, quem perde, quem se casa com quem” (137).

5.3. Um país normal

Suspensa entre o fim das ditaduras e uma democracia ainda incerta, a chamada transição democrática, um tempo por definição indefinido, traz muitos desafios para o que restou da nação depois da ditadura. “Hoje, na Argentina, a democratização é uma meta, mas a política não é apenas enunciado de metas: é também caminho” (1983: 3), lê-se no editorial da revista *Punto de vista* de abril de 1983, quando já haviam sido anunciadas para outubro desse mesmo ano as eleições presidenciais. Como construir esse caminho? “As alternativas políticas que se avizinham trarão discussão e controvérsia para dentro desse campo; elas são necessárias e só uma visão beata da democracia pode temê-las” (Idem), antecipa o mesmo editorial. Trata-se de recuperar o espaço crítico, sem ceder ao apelo da reconciliação nacional nem ao desencanto ante uma realidade que, embora livre da opressão do autoritarismo, não corresponde às utopias anteriores à ditadura. Como sugere Roxana Patiño, é possível identificar nesse momento um primeiro movimento de diferenciação com relação à cultura política autoritária e um outro movimento, quase concomitante ao primeiro, de revisão da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70 e de conseqüente valorização da democracia.

Patiño analisa a trajetória de várias revistas culturais da época, traçando um panorama do campo intelectual na transição. Uma delas é

Controversia, publicada entre 1979 e 1981 por intelectuais argentinos socialistas e peronistas exilados no México. A revista dá o pontapé inicial do debate quando na Argentina ainda não havia abertura para ele e defende a necessidade de um “reconhecimento da derrota como ponto de partida para uma reflexão crítica” (2006: 6)¹⁹. *Controvérsia* procurou refletir sobre as idéias que sustentaram a esquerda revolucionária derrotada pela ditadura, analisando “a crise do marxismo, as contradições entre peronismo revolucionário e movimento nacional, a história dos grandes partidos, o problema da democracia a ser repensado, do sindicalismo e da liberação, a universidade popular, a relação entre teoria e política” (CASULLO, 2004: 64). Era preciso questionar não apenas as ações da esquerda que teriam levado a uma derrota, mas também seus pressupostos teóricos, para começar a encarar as reformulações que se tornariam necessárias uma vez chegada ao fim a ditadura.

Entre as revistas publicadas na Argentina, Patiño coloca em destaque a atuação de *Punto de vista*, dirigida por Beatriz Sarlo. Em oposição a todo pensamento que funciona como “máquina de guerra intolerante, disposta a que soem apenas seus argumentos e a demonizar toda diferença”, segundo uma formulação do editorial mencionado acima, a revista propõe um “deslocamento ideológico ao pós-marxismo e o cruzamento com outras zonas do pensamento contemporâneo” (PATIÑO, 2001: 6). Um outro editorial, de dezembro de 1983, após as eleições presidenciais, propõe “reexaminar criticamente [o] passado mais recente”, como “condição indispensável para a produção de uma esquerda que não sucumba à dupla e deformante tensão em direção ao populismo e ao dogmatismo” (1983: 3), observação que tem como alvo o peronismo assim como a esquerda marxista.

Los Angeles, 03 de agosto de 2004.

Em *Valores: arte, mercado, política*, um texto inspirado de Beatriz Sarlo. Gosto da maneira como ela constrói uma cena autobiográfica para as questões de que quer tratar. Ela fala de sua experiência na leitura de “Tiger”, de Blake, como algo totalmente alheio a seu mundo e a seus conhecimentos. “Comecei a perceber que não compreender era uma das experiências centrais da relação com a literatura e a arte”. Daí ela parte para uma análise do meio cultural e político em que se formou: *Le plaisir du texte*, maio de 68, os anos 70, a ditadura. “Intelectual era esse homem ou essa mulher que escrevia uma nova prática política”. Nos anos 80, terão sobrado apenas as ruínas desse caminho que unia estética e política. Ainda assim, Sarlo reivindica para a literatura a capacidade de nos confrontar com problemas que não podem ser resolvidos pela ciência ou pelo avanço técnico, “conflitos tão fugidios (entre o saber e o não saber) que escapam a outros discursos”.

¹⁹ Patiño cita o editorial do primeiro número de *Controversia*: “Muitos de nós pensamos, e o dizemos, que sofremos uma derrota atroz. Derrota que não só é consequência da superioridade do inimigo, mas de nossa capacidade para valorá-lo, da supervalorização de nossas forças, de nossa maneira de entender o país, de nossa concepção da política” (Apud PATIÑO, 2006: 22).

A revista, cujo primeiro número foi publicado em 1978, cumpriu nos anos de ditadura a difícil tarefa de sustentar um canal de interlocução intelectual, mantendo um “contato com os debates externos ao mesmo tempo que dinamizava o quietismo local” (PATIÑO, 2001: 3). Com a chegada da democracia, ganha espaço uma discussão acerca da relação do intelectual com a política e seu papel no processo democratizador. A revista defende a necessidade por parte da esquerda de se deslocar do lugar de vítima para assumir, evitando “um sistema de equivalências simétricas” (Idem), seu papel no fracasso dos projetos utópicos das décadas de 60 e 70 e poder pensar alternativas para o futuro. “Depois do terrível ciclo dos partidos armados, o terrorismo estatal, o belicismo aventureiro e a barbarização geral da vida pública, as organizações desse setor do mundo político argentino que conseguiram sobreviver propõem as mesmas alternativas que há uma década atrás” (1984: 8), critica Altamirano num dos números da revista.

Tal posicionamento gera muitas tensões e confrontos com aqueles que sustentam uma discussão sobre a democratização que não abra mão das palavras de ordem revolucionárias anteriores à ditadura. Desse modo, ocorre uma polarização entre *Punto de vista* e uma série de outras revistas, seja de tendência peronista, como a revista *Crear*, ou marxista, como *Pié de página* e *La Bizca*, que a acusam de ceder a um “liberalismo de esquerda” que fortalece o discurso liberal de direita em vez de questioná-lo, aderindo à idéia de uma “utopia realista”, cujo objetivo é a manutenção do *status quo*. Como sublinha Patiño, “o abandono das certezas mobilizadoras de ‘uma’ verdade histórica é percebida como a abjuração dos ideais revolucionários e a passagem oportunista às ideologias mais reacionárias” (2001: 8).

À margem do peronismo mais ortodoxo, um grupo de peronistas edita a revista *Unidos*, cujo primeiro número é publicado em maio de 1983, sob a direção de Carlos A. Alvarez. A proposta é debater a necessidade de reformulação das doutrinas do movimento face à nova conjuntura nacional. Assim, como mostra Patiño, serão discutidos

temas fundamentais como “a questão democrática, a opção movimento ou partido, a redefinição da idéia de movimento nacional, a questão da identidade ideológica, a especificação da base social do peronismo” (2006: 18). Somente colocando em discussão seu aparelho ideológico e as práticas que dele resultam, sustenta *Unidos*, o peronismo poderá sobreviver na pós-ditadura. Afinal, ele também sofreu os efeitos da derrota da utopia anti-capitalista, à qual se soma, com a chegada da democracia, uma outra derrota, essa nas urnas, pelo candidato da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín.

Depois da derrota eleitoral, o grupo assume abertamente uma posição de confronto em relação aos setores mais ortodoxos do peronismo. No número 3 da revista, Álvarez publica um artigo intitulado “El peronismo se transforma o se muere”, em que “propõe uma operação cultural pela qual se destrave a paralisia ideológica [...] que mantém o peronismo esclerosado e sem capacidade de gerar alternativas” (Apud PATIÑO, 2006: 18). A questão para os peronistas de *Unidos*, como para uma parte da esquerda, será como formular alternativas sociais dentro do âmbito de ação da democracia. Trata-se, nos dois casos, de pensar novas formas de fazer política, o que supõe “revisar as verdades que, até muito pouco tempo, apareciam como absolutas e indiscutíveis” (Idem), afirma Álvarez. No caso do peronismo, a tarefa consiste em revisar o legado do próprio Perón, principalmente no que se refere ao lugar da democracia, para que se possa desvincular o peronismo do autoritarismo e garantir um lugar na cena política da pós-ditadura. Na opinião de Álvarez, a saída é uma “democracia nacional-popular, que supere a opção liberal popular e diferente da do nacionalismo elitista e autoritário” (Idem).

Com o fim da ditadura e a vitória de Alfonsín, torna-se necessário elaborar uma série de heranças que vão desde a derrota de um projeto revolucionário (que será criticado sobretudo em sua retórica de autoritarismo e martirização) ao trauma pela tortura e desaparecimento de milhares de pessoas. O exame de tais heranças, apostam alguns, poderá permitir a formulação de uma nova concepção de política que tornará possíveis as transformações de que a nação precisa. No

entanto, se existe esse movimento em direção ao passado, em geral prevalece a vontade de enterrar os mortos o mais rápido possível para que a Argentina volte a ser um país normal. A nação quer juntar seus cacos, julgando e condenando os culpados, para encerrar o ciclo de autoritarismo que culminou com as atrocidades da ditadura, e seguir adiante pelo caminho da democracia e de suas promessas: “com a democracia se come, se cura e se educa”, dizia Alfonsín.

5.4. Consenso e democracia I

Fogwill se situará, com um tom inconfundivelmente polêmico, à margem tanto do discurso progressista, que vê na transição democrática a oportunidade de reconstruir a nação em moldes não autoritários, como do consenso conservador, que em nome da reconciliação nacional pretende que se deixe para trás o passado ditatorial. Uma das tarefas que ele empreenderá, numa série de artigos publicados na revista *El porteño*²⁰ sobre as heranças da ditadura, será denunciar, de maneira muitas vezes brutal, as continuidades, sobretudo no que se refere ao projeto econômico, entre o governo ditatorial e o democrático. Assim, ele se referirá ao governo de Alfonsín como a segunda etapa do Processo de Reorganização Nacional, declaração que à luz de atos posteriores – como a promulgação das leis do “Punto Final” e de “Obediencia Debida”, além do acordo assinado em 1993 para garantir a reeleição de Menem – parece menos chocante do que devia soar naquele momento, quando o governo de Alfonsín, “contra a prepotência dos fortes”, surgia como “algo novo e possível”, segundo o editorial de *Punto de Vista* de dezembro de 1983.

Há nos textos de Fogwill, como descreve Eduardo Rinesi, uma vocação “de encontrar e denunciar, às vezes de maneira selvagem e provocadora [...], certas linhas de continuidade que atuariam por

²⁰ *El porteño* é mencionada por Roxana Patiño como uma revista típica do momento de abertura política, que “toma a agenda predominante do momento e a amplifica, colocando em circulação todos os temas que estavam sendo trabalhados num campo intelectual mais restrito”. Patiño diz ainda que “[a] questão da redefinição do intelectual de esquerda está presente em quase todas as matérias e reportagens” (2001: 13).

debaixo dos cortes históricos mais evidentes e mais anedóticos” (RINESI, 1995: 15). Rinesi denomina de “materialismo histórico radical” o modo como Fogwill lê a história argentina recente. Não se trata de um economicismo, como diriam alguns, que viria se contrapor ao politicismo do momento da transição democrática. “Colocar a questão desse modo”, sublinha Rinesi, “implica conceder demais a um dos pressupostos fortes – e notoriamente equivocados – sobre os quais esse mesmo politicismo pôde se sustentar. A saber: o de uma clara delimitação, inscrita na natureza mesma das coisas, entre os territórios do econômico e do político” (Idem). Para Fogwill, tal delimitação é ingênua: os mecanismos de repressão sustentados pelo Estado durante a ditadura são contíguos a suas políticas econômicas, daí a necessidade de ver com desconfiança a permanência dessas políticas no governo democrático.

Num artigo de janeiro de 1984, intitulado “La política cultural del gobierno democrático”, Fogwill insistirá em que a nova democracia, na medida em que se baseia na idéia de uma convivência sem conflitos, é a continuidade adequada de um regime que executou mediante o exercício do terror a redistribuição da riqueza e do poder. Desse modo, a democracia ofereceria ao regime anterior as garantias necessárias para a sobrevivência desses privilégios. “Derrotada a barbárie, a civilização radical propõe ao mundo uma Argentina semi-industrial e semi-colonial, onde dois terços de seus habitantes poderão viver em harmonia e bem-estar” (1984: 41), provoca Fogwill, retomando a célebre dicotomia de Sarmiento. À parcela que fica fora do jogo resta se convencer de que “se não participa do novo paraíso é por sua própria culpa” (42). As regras do jogo econômico que a ditadura colocou em prática mediante o terror, insiste Fogwill, são um “sintoma endêmico das contradições da sociedade argentina” (FOGWILL, 1984b: 32). Enquanto tais contradições não forem confrontadas não se poderá aspirar a uma verdadeira democracia. É a coragem de enfrentar esses problemas de fundo que ele não encontra em Alfonsín e que lhe faz rechaçar o consenso a favor de seu governo.

Los Angeles, 25 de agosto de 2004.

Euforia depois da primeira aula do Gabriel Giorgi. Muitas questões em comum. Ele começou falando de dois fracassos que é preciso encarar na década de 90 na América Latina: por um lado, os projetos revolucionários dos 60/70, todo o imaginário político que girava em torno de Cuba e que se expressava numa nova literatura; por outro, o fracasso das culturas de transição, tentando construir democracias que funcionem. “Con la democracia se come, se educa, se trabaja”, disse Alfonsín ao assumir o governo em 1983. Vinte anos depois, a exclusão. Seu foco de interesse é o poder do Estado, definir esse poder hoje em relação ao poder do mercado que também disciplina a subjetividade e cria suas margens.

Perturbar o consenso é uma das principais tarefas da literatura de Fogwill, anunciada em um conto como “La larga risa de estos años”, levada aos subterrâneos da guerra em *Los pichiciegos*, até encontrar seu expoente máximo em *Vivir afuera*, romance que desde o título pretende colocar em questão os limites da nação: quem está dentro e quem está fora? “Ligada desde a origem à construção da consciência nacional, a literatura aparece neste ponto como impossibilitada de continuar cumprindo esse papel” (1995: 64), destaca Federico Reggiani a respeito de um conto de *Música japonesa*. Seu papel será agora a desconstrução da nação, de uma certa nação que veio sendo construída desde o século XIX. Os personagens de Fogwill são seres deslocados, não propriamente marginais, mas seres que observam a nação com um distanciamento cínico, seja a nação sob ditadura, a nação em guerra ou a do neoliberalismo selvagem.

No caso de *Los pichiciegos*, imagina-se um espaço alternativo ao nacional, com regras lingüísticas e morais próprias, que abriga uma subjetividade sobrevivente, muito diferente daquela “subjetividade coletiva guerrilheira” que percorre os anos 60 e 70 e que “em grande medida é expoente e antecipa o final de um tempo da política moderna” (CASULLO, 2004: 28), o tempo da revolução. Assim, ao mesmo tempo que corrói a possibilidade de uma épica, inaugurando “uma narrativa da guerra afastada tanto dos fervores triunfalistas como dos lamentos pela derrota” (KOHAN, 1999: 6) – duas faces de “uma mesma concepção da fábula nacional: a que erige os heróis, gloriosos se ganham, imolados se perdem, mas heróis enfim” (Idem) –, *Los pichiciegos* anunciou a decadência de uma subjetividade revolucionária na imagem desses pichis escondidos num buraco subterrâneo para escapar de uma guerra sem sentido. O único que consegue escapar confessa que

gostaria de ter uma casinha no campo. De madeira, com telhas, uma mulher loira baixinha, de olhos claros, com crianças, que tricotasse pulôveres, e ter cachorros, fumar um cachimbo olhando o fogo das lenhas e de vez em quando olhar o campo pela janela, os animais, a neve que cai, o mar perto...
 – Quer dizer que você quer ser um malvineiro... – me apressei a dizer. Gravou:
 – Pode anotar que sim... Pode anotar que eu gostaria de ser um malvineiro e ter uma dessas fazendas enormes, morar aí, ter mulher, cachorro, todos loiros e fumar cachimbo e olhar a grama – quando houver – sem que ninguém venha me encher o saco, nem os britânicos nem os argentinos (146).

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2005.

Preciso dar muita atenção às particularidades de cada autor e como se definem suas políticas textuais. No caso de Eltit e Fogwill, há um discurso público que encontra ecos nos textos. Já Noll não participou do debate público sobre a transição da ditadura à democracia, mesmo porque o debate não teve o mesmo espaço no Brasil quanto na Argentina e no Chile. Os três fazem questão de dar à literatura um lugar de relativa autonomia em relação à política. Noll menciona sempre leituras de Marcuse. Eltit, de Foucault, Lacan, Barthes. Fogwill parece ter lido de tudo e não concordar com nada.